



Greve dos servidores da Fundac chega ao fim

A pós um mês de greve, chega ao fim a greve dos trabalhadores da Fundac. O movimento foi encerrado após a reunião da direção do Sinaí com o governo.

Durante o encontro com o Secretário-Chefe da Casa Civil, Paulo de Tarso, o governo assumiu o compromisso em pagar integralmente as reivindicações da categoria.

O governo propôs pagar, no mês de março, o adicional noturno retirado das folhas de janeiro e fevereiro. No que diz respeito ao pagamento das horas extras trabalhadas, o secretário informou que o governo não pode pagar, sob a alegação de que o Estado está acima do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse caso o Sindicato propôs que o pagamento dessas horas já trabalhadas fosse feito através de outra rubrica, a ser providenciada pela direção da Fundação.

Veja nesta edição:

CAMPANHA SALARIAL
Sinaí e governo iniciam as tratativas da pauta da Campanha Salarial 2011

REFORMA PREVIDENCIÁRIA
Extinção do fator previdenciário é uma medida necessária

DATANORTE
Datanorte paga dívidas de causas trabalhistas a seus empregados

Prestação de contas

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO RN - SINAI

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

Receitas e despesas mês Janeiro de 2011

RECEITAS		Mensalidade Sindical.....	R\$ 47.175,20
		Honorários proc. 03-323-92.....	R\$ 2.383,61
		TOTAL.....	R\$ 49.558,81
Nº	DESPESAS	VALOR	
01	ASSESSORIA JURIDICA	R\$	6.550,91
02	ASSESSORIA DE IMPRENSA	R\$	2.100,00
03	ASSESSORIA CONTABIL	R\$	1.210,00
04	FOLHA DE PESSOAL + FÉRIAS + 13º SALÁRIO	R\$	4.255,08
05	ENCARGOS SOCIAIS (FGTS, ISS, INSS e PIS)	R\$	3.243,38
SUB. TOTAL.....		R\$	17.359,37
06	DIEESE/mensalidade	R\$	503,38
07	VALE TRANSPORTE (funcionários + dirigentes)	R\$	1.194,80
08	TELEFONES + CELULAR (Natal/Mossoró)	R\$	4.910,82
09	ÁGUA	R\$	103,62
10	ENERGIA	R\$	628,80
11	FUNDO FIXO CAICÓ	R\$	1.700,00
12	FUNDO FIXO MOSSORÓ	R\$	2.500,00
13	FUNDO FIXO PAU DOS FERROS	R\$	1.050,00
14	FUNDO FIXO SEDE NATAL (DESPESA DE PEQUENO VALOR)	R\$	737,85
15	DESPESA COM REFEIÇÕES DE DIRETORES EM EXPEDIENTE	R\$	935,00
16	CORREIOS	R\$	37,50
17	MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$	122,10
18	MANUTENÇÃO DA PISCINA (SEDE)	R\$	100,00
19	PROVEDOR DE INTERNET E TV A CABO	R\$	144,90
20	SEGURANÇA ELETRÔNICA	R\$	324,00
21	RENOVAÇÃO DA ASSINATURA SEMESTRAL DO DIÁRIO OFICIAL DO RN	R\$	180,00
22	IPTU SEDE	R\$	2.393,60
23	* DESP. C/ MOVIMENTOS SOCIAIS - CENTRO POPULAR DE CULTURA DA ANE/RN	R\$	100,00
24	* DESP. C/ COMPRA DE MÓVEIS - REG. CAICÓ	R\$	7.508,50
25	* DESP. C/ PUBLICAÇÃO DE NOTA SOBRE O IPERN (JORNAL DIÁRIO DE NATAL)	R\$	1.530,00
26	* DESP. C/ PUBLIC. DE NOTA SOBRE O PCCR DA ADM. DIRETA (JORNAL DE HOJE)	R\$	850,00
27	* DESP. C/ CONFEÇÃO DE CÁLCULOS E RECIBOS - RT 03-323-92	R\$	714,00
28	* DESP. C/ CONFRATERNIZAÇÃO DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO - PAU DOS FERROS	R\$	2.720,00
TOTAL.....		R\$	48.348,24
Receitas.....	R\$	49.558,81	
Despesas.....	R\$	48.348,24	
Saldo do mês.....	R\$	1.210,57	

LEGENDA: * despesa de caráter não-permanente.

Natal/RN, 31 de JANEIRO de 2011.

SANTINO ARRUDA SILVA TEREZINHA DE C. R. FILHA FRANCISCO ANTÔNIO DUARTE
Presidente Contadora Tesoureiro

Detran-RN: luta pela homologação do concurso e direitos retirados pelo governo unem trabalhadores(as) e concursados

Alexandre Guedes Fernandes
Trabalhador do DETRAN e membro da executiva
da CSP CONLUTAS e da OLT/BASE DETRAN

O governo de Rosalba Ciarline (DEM) tem pela frente uma grande oportunidade de valorizar o serviço público. Um bom exemplo disso é o que está acontecendo no DETRAN-RN.

De um lado, temos uma categoria que ajuda a Autarquia e o estado a arrecadar muito dinheiro. Em 2011, foram aproximadamente 80 milhões de reais, enquanto cerca de 20% do que a Autarquia arrecada é comprometido com a folha de pagamento dos servidores.

De outro lado, temos os contratos com empresas privadas, que arrecadam muito mais do que o que fica com os servidores.

Em levantamento que fizemos com apenas 13 empresas constatamos o repasse de mais de 30 milhões de reais para os bolsos dessa minoria de empresários ao ano. E tem mais: não fica só nesse valor.

Observamos que, se o DETRAN adotasse a LRF para limitar os gastos com contratos, a situação do governo estaria complicada.

Outro absurdo é o festival de nomeações de cargos de confiança. Somado a isso, o desvio de funções dos terceirizados e estagiários. Estes últimos foram convocados através de contrato no valor superior a 300 mil.

Enquanto isso, o governo e o DETRAN-RN continua protelando a nomeação dos concursados. São quase 35 anos sem concurso público na autarquia. Desde 2006, temos acordos coletivos assinados que garantem essa conquista.

Se o governo quer tanto seguir a lei, deveria observar o que diz a Constituição Federal, que regulamenta a entrada no serviço público pela forma do concurso e não pela dança das cadeiras via nomeações de cargos comissionados, cuja maioria são afilhados do poder, sem nenhum conhecimento do que é e do que deve ser o serviço público.

Como se não bastassem tais desmandos, os trabalhadores ainda amargam a retirada de direitos como 1/3 de férias, horas extras (já trabalhadas e não recebidas) e a cova de retirada das gratificações, quando o correto seria a incorporação do referido benefício e a definição de uma política salarial para o funcionalismo sem ataques às condições de vida e trabalho da categoria. Não vamos nos esquecer de que em março deverá entrar a segunda parcela das Leis dos Planos de Carreiras.

A última assembleia da categoria apontou o caminho da luta: o retorno dos direitos trabalhistas negados pelo governo, a homologação urgente do concurso e convocação dos aprovados. Se o governo quer cortar gastos, é só fazer um levantamento da enxurrada de contratos com empresas privadas que não dão nenhum retorno ao serviço público e arrastam milhões e milhões de reais no DETRAN-RN e, com certeza, nos demais órgãos públicos do estado.



Filiado à INTERSINDICAL

Órgão Informativo do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Indireta do RN
Rua Leonardo Drumond, 1661, Lagoa Nova - Cep: 59075-210
Natal/RN - Fone: (84) 3206-1851 E-mail: sinairn@hotmail.com
Site: www.sinairn.com.br

Administração Indireta: CEASA, DATANORTE, DER, DETRAN, EMATER, EMPARN, FUNDAC, FJA, IDEMA, IPERN, JUCERN, IDIARN, EMPROTUR e CEHAB.
Administração Direta (SAPE, SEARH, SIN, SEPLAN, SETHAS, SEJUC, SEARA, GAC, SEMARH, SEDEC, SETUR)

Coordenação Regional do Médio Oeste
Rua Luiz Ludugero, 0026 - Abolição II - Telefax: (0**84) 3321.1271
CEP: 59.612-150 - Mossoró/RN. E-mail: sinai-mos@hotmail.com

Coordenação Regional do Seridó - Caicó/RN
Rua Augusto Monteiro, 1256 A - Centro - CEP: 59380-000 - Caicó/RN - Fone: (0**84) 3421-2999 E-mail: sinaiserido@hotmail.com

Coordenação Regional do Alto Oeste
Rua da Independência, sala 19, Hertz Center Hotel - Fone: (0**84) 9609-9568
CEP: 59.900-000 E-mail: sinaialtooeste@hotmail.com

Presidente:
Santino Arruda Silva

Vice-presidente:
Edilson Peres dos Santos

Secretária Geral:
Geiniza Maria F. Sarmento
Primeiro Secretário:
João Batista dos Santos

Tesoureiro Geral:
Francisco Antônio Duarte

Primeiro Tesoureiro:
Jaime Fernandes da Cruz Júnior

Dep. de Formação Sindical:
Maria Sineide da Silva Lima
Maria das Graças Pereira da Silva

Dep. de Imprensa e Comunicação:
Romildo Pompeu de Queiros

Euzamar Mesquita de Figueiredo

Dep. de Adm. Patrimônio e Informática:
Eliel Elias Bezerra
Itamires T. de Oliveira

Dep. de Cultura, Esporte e Lazer:
José Edmilson de Lima
Hercílio Barros Barbosa

Dep. de Assuntos Jurídicos:
José Nilson Bezerra
Áurea Gomes de Miranda

Dep. de Políticas Sociais:
Djalma Siqueira da Silva
Maria A. Ferreira Paz

Dep. da Mulher Trabalhadora:
Zilza Nunes de Oliveira
Maria Assis da Silva



Propaganda - Jornalismo - Consultoria

Fone/fax: (84) 3212-2388
E-mail: elequatro@uol.com.br

Jornalista responsável:
Leilton Lima - DRT/RN 579
Gisélia Galvão - DRT/RN 672

Diagramação:
Marknilson Barbosa

Revisão:
Silvaneide Dantas

Campanha Salarial 2011

Sinai e governo iniciam as tratativas da pauta da Campanha Salarial 2011

Durante audiência, foram discutidas questões como o pagamento do PCCR e do terço de férias

Durante reunião com o Secretário Chefe da Casa Civil do Estado, Paulo de Tarso, a direção do Sinai tratou de algumas das reivindicações mais urgentes de sua base. A audiência foi realizada no último dia 17 de março e discutiu o pagamento dos Planos de Carreiras dos servidores da Administração Direta, o pagamento da segunda parcela dos demais Planos aprovados em 2010 e o pagamento do terço constitucional das férias atrasadas dos trabalhadores da base do Sinai.

Quanto ao pagamento do terço de férias atrasado (outubro/2010 a fevereiro/2011), o secretário disse que será feito a partir deste mês, sempre um mês atrasado e um mês atual. Para quem entrar

em férias em março, o valor será repassado na folha do mês, juntamente com o pagamento dos que entraram em férias em outubro do ano passado. Esse sistema se manterá da mesma forma até que todos os valores sejam liquidados.

PCCR da Administração Direta

O governo fez proposta também para o pagamento do Plano de Carreira da Administração Direta. Segundo Paulo de Tarso, quem está com a situação regularizada (nome publicado) deverá receber os valores imediatamente. O governo enviará à Assembleia Legislativa um projeto de lei para reabertura dos prazos para enquadramento dos faltosos. Além disso, irá

publicar os nomes daqueles que já estiverem enquadrados, ativos ou inativos. De acordo com o secretário, a previsão é de que esse pagamento seja feito em maio, quando o Estado deverá voltar a estar dentro do limite prudencial.

PCCR: segunda parcela

A segunda parcela do PCCR, relativo a 30% do valor dos Planos de todos os órgãos da base do SINAI, não será paga em março. O governo comunicou oficialmente que não poderá pagar em razão do limite da LRF ter sido extrapolado. A expectativa é de que o pagamento seja efetuado no mês de maio. Neste caso, o Sinai solicitou uma antecipação do pagamento da terceira parcela dos

Planos, que deveria sair agora em junho, também para o mês de maio. O secretário ficou de analisar a proposta e responder em outro momento.

No caso das pensionistas de todos os órgãos da base do Sinai que ainda não receberam pelo IPERN a correção de seus vencimentos com os reflexos do Plano de Carreira, o secretário comprometeu-se em resolver a questão ainda durante o mês de março.

Uma outra rodada de negociações entre o Sinai e o governo ficou marcada para o dia 24 de março.

Leia abaixo a pauta da Campanha Salarial 2011, entregue à Governadora:

CAMPANHA SALARIAL 2011

- Instituir mesa de negociação, para as demandas do funcionalismo, sob a coordenação do Gabinete Civil;
- Autorizar o reajuste salarial, com recuperação de perdas, no IPERN e na FUNDAC;
- Instituir uma política salarial para o funcionalismo, que permita a correção anual das perdas do período base e, ao mesmo tempo, que se busque a diminuição da diferença entre o piso e o teto do funcionalismo estadual;
- Elaborar os Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração do DER e da JUCERN;
- Integralizar os Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração dos órgãos componentes da Administração Indireta do RN, com o pagamento das parcelas remanescentes, de 30% e 40%, respectivamente, em março, mês atual e junho do corrente ano;
- Autorizar a implantação dos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração, já elaborados, para o IDIARN e a FUNDAC, ambos em tramitação;
- Concluir o enquadramento do pessoal da Administração Direta no seu Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, Lei Complementar 432/10 e, integralizá-lo com os pagamentos das parcelas remanescentes ainda pendentes;
- Dar continuidade, pela SEARH, à elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, PCCS para o quadro suplementar de pessoal da DATANORTE e do BANDERN, na forma prevista na Lei Complementar 432/10.
- Determinar o retorno do pagamento do 1/3 constitucional de férias, inclusive do passivo gerado até este mês de março;
- Abonar o ponto, com a devolução dos valores descontados, dos trabalhadores do IDIARN e da EMATER, cortados em razão do movimento grevista do ano de 2009;
- Realizar a homologação, imediatamente, do concurso e nomeação dos concursados do DETRAN;
- Uniformizar a jornada de trabalho na EMATER, com o horário corrido de 6 horas, por ser uma conquista do funcionalismo estadual adquirida desde 1987, ratificada pelo Decreto Estadual de nº 12.772/95.

Nova Gestão

Início do Governo Rosalba caracteriza-se por contradições

Para dar direitos é lento, para tirar é rápido

O Governo Rosalba é uma contradição permanente: rápido para umas coisas e devagar demais para outras. Como a Governadora recebeu o Estado com grandes demandas no âmbito dos serviços e do funcionalismo público, o Governo teria que começar a trabalhar muito rapidamente. Não o fez. Apressou-se em olhar os erros do seu antecessor. Perdeu tempo demais, até porque, se fosse fazer só isso, passaria todo o seu mandato nessa tarefa.

Depois, há auxiliar do Governo que detém uma fadiga fenomenal para o trabalho. É o caso do Secretário de Estado da Administração. Este Sindicato encaminhou ao Dr. Manoel Pereira três correspondências em janeiro, fevereiro e março. Todas com demandas urgentes. Algumas vindas do governo passado. É o caso da ausência de pagamento do terço das férias. Outras foram criadas pelo atual governo, como foi o caso da retirada de valores dos contracheques de janeiro.

O Secretário Manoel Pereira não deu a menor atenção às solicitações do Sindicato. O último pedido de audiência, com o encaminhamento da Pauta dos servidores da Administração Direta, foi feito em março. É

“O Secretário Manoel Pereira não deu a menor atenção às solicitações do Sindicato.”

um assunto de sua competência direta, mas, mesmo assim, ele não deu a mínima atenção.

Desajuste

Outro ponto de desajuste dentro do Governo Rosalba: a ex-presidente do IPERN, Sandra Garcia, foi exonerada desde o dia 1º de janeiro, mas continuou “trabalhando”, dando ordens, desafiando a ordem institucional na Autarquia, até recentemente. Sua postura afrontou aqueles abnegados funcionários de carreira que deram a vida profissional pela instituição e que são do quadro permanente.

O Governo Rosalba sabia dos problemas causados pela ex-presidente do IPERN no final de sua gestão. Mesmo assim, permitiu-lhe continuar, em desacordo com as regras de funcionamento das instituições, que não permitem a atuação profissional de funcionários sem vínculo

formal. O mais grave é que estamos tratando de uma instituição de grande importância, que lida com a vida de milhares de pessoas pensionistas e aposentados.

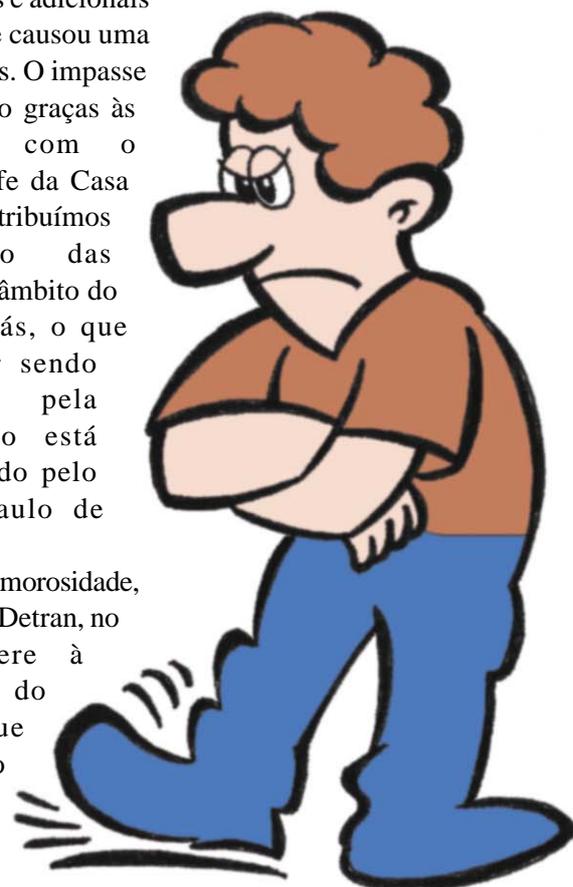
No caso do IPERN, foi impressionante a morosidade do Governo. Por outro lado, quando se trata de retiradas de direito, há muita rapidez. Foi assim nas unidades da Fundac. Nesses locais, o Governo retirou vantagens resultantes de trabalhos extras e adicionais noturnos, o que causou uma greve de 30 dias. O impasse só foi resolvido graças às negociações com o Secretário chefe da Casa Civil, a quem atribuímos a resolução das pendências no âmbito do Governo. Aliás, o que deveria estar sendo resolvido pela Administração está sendo agilizado pelo Secretário Paulo de Tarso.

Mas há morosidade, igualmente, no Detran, no que se refere à homologação do concurso que deveria ter sido feita no governo

passado. O Governo Rosalba precisa se voltar rapidamente para o Detran. Lá, a situação é de caos, tanto no que se refere ao pessoal, tanto quanto ao profundo processo de terceirização instalado. São muitas empresas ganhando muito dinheiro, enquanto o Governo não agiliza a nomeação definitiva dos concursados.

Processo

O Sinaí/RN vai dar sequência ao processo de negociação por meio do Gabinete Civil. Um dos objetivos é que, em breve, seja criada a mesa de negociação permanente, conforme entendimentos com o mediador do Governo, o Secretário Paulo de Tarso.



Reforma Previdenciária

Extinção do fator previdenciário é uma medida necessária

Mecanismo parte do pressuposto de que a pobreza dos aposentados abre caminho para o crescimento do país

*Marcus Orione

Especial para a Folha

O fator previdenciário é, como sabem quase todos os trabalhadores do setor privado que vislumbram a aposentadoria, uma fórmula complexa que resulta quase que invariavelmente na redução do valor do benefício.

Instituído no Brasil a partir de 1999, o fator previdenciário é uma criação brasileira, não contando com precedentes em nenhuma outra parte do mundo.

Em outros lugares, na verdade, tentou-se solucionar o problema da Previdência de outras formas, como o aumento das idades mínimas para a aposentadoria, por exemplo.

No entanto, ainda nesses casos, percebe-se a inutilidade de tais soluções. O problema hoje demanda uma análise muito mais

complexa de questões como a revisão das fontes de custeio do sistema.

No caso brasileiro, com o estabelecimento do fator previdenciário, o governo buscou diminuir as contas públicas, em vista da redução promovida no pagamento de certos tipos de benefício.



como solução para suposto crescimento do país.

Para ilustrar o que se está mencionando, basta lembrar que o cidadão que vai se aposentar tem seu benefício diminuído, em média, 30% em relação ao valor da contribuição somente mediante a sua aplicação.

Não por acaso, no instante da concepção do fator, percebendo o seu efeito na vida dos trabalhadores, os partidos de oposição, inclusive o PT, foram bastante cautelosos quanto a sua admissão.

Isso é fácil de perceber. Desde que existe o fator previdenciário, quem quiser fazer jus a uma aposentadoria mais vantajosa deve estar disposto a contribuir longamente para o sistema e nele entrar muito jovem ou sair demasiado velho.

Isso porque, no cálculo do fator previdenciário, são considerados dados como idade e expectativa de vida.

A ideia básica é incentivar o trabalhador a atuar desde tenras idades e por um longo lapso de tempo.

A eventual extinção do fator previdenciário representa medida de justiça social, já que retoma a relação mais imediata entre contribuição e valor inicial de benefício.

Ao agir assim, partia do pressuposto – a nosso ver reducionista – de que, com a diminuição no pagamento das aposentadorias, haveria, como contrapartida, crescimento econômico em vista da economia de bilhões para os seus cofres.

Trata-se de pressuposto que desconsidera a involução social criada pelo mecanismo que admite o desenvolvimento econômico divorciado do social, na medida em que permite o incremento da situação de pobreza dos mais pobres

“Eliminação do fator permitiria a retomada da relação entre a contribuição e o valor inicial do benefício.”

*Marcus Orione é juiz federal e professor de direito previdenciário da USP - Fonte: Folha de São Paulo

Decisão judicial obriga Datanorte a demitir funcionários contratados irregularmente

Decisão judicial também determina a realização de concurso com critérios objetivos e pagamento de indenização no valor de R\$ 500.000,00

A Companhia de Processamento de dados do RN – DATANORTE, sociedade de economia mista potiguar, foi condenada a realizar concurso público com a adoção de critérios objetivos e a demitir todos os empregados contratados irregularmente e que ocupem cargo (emprego) em comissão ou função de confiança (gratificada) em suas instalações.

A decisão judicial apontou que a DATANORTE realizava contratações abusivas de cargos em comissão, uma vez que a maioria desses cargos não era destinada à função de chefia, direção e assessoramento, como exige a Constituição Federal no seu artigo 37,V; mas, sim, ao preenchimento de cargos que dependeriam da aprovação em concurso público, como os cargos de motorista e advogado.

A sentença ainda considerou que as contratações irregulares da DATANORTE, além de violarem a norma constitucional, causavam lesão aos cofres públicos, sendo necessária a imediata demissão daqueles que foram contratados sem a aprovação em concurso público.

A decisão da 4ª vara do Trabalho de Natal condenou também a

DATANORTE ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), que será recolhida em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

A decisão encontra-se registrada nos autos da Ação Civil Pública n.º 2072.2009.004.21.00.9.

Fonte: Ascom PRT 21ª Região/ Rio Grande do Norte

Datanorte paga dívidas de causas trabalhistas a seus empregados

Fruito do acordo entre a Justiça do Trabalho e a Datanorte, no último dia 14/03, houve mais uma audiência para decidirem o pagamento de algumas causas trabalhistas dos trabalhadores da Empresa. O encontro aconteceu às 11h, no setor de

precatórios do Tribunal Regional do Trabalho – TRT/RN. Fizeram parte da reunião representantes do Sinaí, da Datanorte, da Secretaria de Planejamento e do TRT.

A empresa destinará esse ano R\$ 1 milhão de reais para pagamento das dívidas

aos seus empregados. Serão destinados 200 mil reais mensais, pagos entre os meses de março a julho deste ano. Em 2010, a Datanorte destinou um valor de R\$ 3,2 milhões. No dia 25 de julho, haverá uma nova negociação para saber com quanto e quando

o governo irá se comprometer para os próximos pagamentos.

Prioridade

Terão prioridade nos recebimentos as pessoas portadores de doenças graves, devidamente comprovadas, além dos idosos.

Informe Jurídico

Anotações na CTPS

O Sinaí recomenda a todos os empregados da Datanorte, Emparn e Ceasa, contratados pelo regime celetista, que entreguem suas carteiras de trabalho no setor de recursos humanos de cada uma delas para que seja providenciada a atualização das férias e dos salários.

CEASA

No último dia 18, saiu a publicação de uma sentença no Dissídio Coletivo 2008/2009 dos trabalhadores da Ceasa. O Sinaí entrou com uma Ação de Cumprimento, já que a Empresa não cumpriu a sentença normativa, em que os Desembargadores do TRT mandam aplicar o índice de 5,83%, cobrado na ação.